

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.929 - SP (2020/0040990-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE VOTUPORANGA - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP  
**INTERES.** : MAYKON JHONATAN MARQUES VENTURINI  
**INTERES.** : JUSTIÇA PÚBLICA

**EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. RÉU DOMICILIADO EM COMARCA DIVERSA DAQUELA EM QUE FOI CONDENADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO DA COMARCA EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA. DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 1.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE VOTUPORANGA - SP em face do JUÍZO FEDERAL DA 1.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP.

Consta dos autos que Maykon Jhonatan Marques Venturini foi denunciado como incurso nos arts. 241-A e 241-B, ambos da Lei n.º 8.069/1990, por supostamente armazenar e disponibilizar arquivos que continham cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo menores de 18 (dezoito) anos.

Finda a instrução criminal, o Réu foi condenado pela prática dos delitos previstos no art. 241-A (uma vez) e no art. 241-B (duas vezes), ambos da Lei n.º 8.069/1990, em concurso material, às penas de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial aberto, e 30 (trinta) dias-multa.

A Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região, por voto médio, negou provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público e à apelação interposta pela Defesa, mas, de ofício, reconheceu "*a subsidiariedade do tipo do art. 241-B em relação ao 241-A, fixando ao réu a pena definitiva de 03 anos de reclusão e 10 dias-multa, substituída por 2 restritivas consistentes em prestação de serviços e prestação pecuniária de 5 salários mínimos*" (fls. 56-57).

# Superior Tribunal de Justiça

Após o trânsito em julgado, o JUÍZO FEDERAL DA 1.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP declinou de sua competência com base nas razões a seguir transcritas (fl. 64):

*"Dispõe o artigo 2º da Resolução nº 287, de 20 de julho de 2019, da Presidência do TRF3, que: 'o processo eletrônico de execução penal será individual e indivisível e reunirá todas as condenações que forem impostas ao indivíduo, inclusive aquelas que vierem a ocorrer no curso da execução, sendo responsável pelo processamento do feito o juízo competente no domicílio atual do condenado'.*

*De forma que, considerando que o condenado reside na cidade de Valentim Gentil/SP, determino a remessa da presente Execução ao Juízo Estadual da Comarca de Votuporanga/SP, por baixa incompetência."*

Por sua vez, o JUÍZO DE DIREITO DA 1.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE VOTUPORANGA - SP suscitou o presente conflito de competência, consignando o seguinte (fl. 2):

*"Sua Excelência, o Juiz suscitado, determinou remessa da execução federal, entendendo ser este juízo competente para a execução da pena, haja vista o disposto no artigo 2º da Resolução nº 287, de 20 de julho de 2019, da Presidência do TR3 e o sentenciado esta residindo nesta comarca.*

*Trata-se de ato normativo e não se sobrepõe à lei nem à jurisprudência. Conforme o art. 65 da Lei de Execuções Penais, o juízo competente para a execução da pena é o indicado na lei local de organização judiciária do Juízo da condenação e, ante a Súmula 192 do STJ, o sentenciado não se encontra recolhido e a transferência de domicílio não altera a competência, devendo a fiscalização ser deprecada.*

*Do exposto, requer a Vossa Excelência promova a distribuição deste conflito para que uma de suas Seções julgue o mérito, declarando competente o Juízo Suscitado para executar a pena, devendo ser deprecado para fiscalização da pena substitutiva do regime aberto."*

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 72-73, opinando pela declaração da competência do Juízo Suscitado.

É o relatório. Decido.

De pronto, cumpre esclarecer que o presente conflito deve ser conhecido, pois se enquadra em uma das hipóteses especificadas no art. 105, inciso I, alínea *d*, da Constituição Federal, qual seja, incidente instaurado entre juízes vinculados a tribunais

diversos.

Feito tal esclarecimento, passo à análise da questão posta no presente conflito.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a execução da pena cabe ao Juízo da condenação, sendo atribuição do Juízo deprecado, tão somente, a supervisão e o acompanhamento da respectiva reprimenda.

Nesse sentido:

**"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL. REGIME INICIAL ABERTO. EXECUÇÃO DA PENA EM REGIME ABERTO QUE COMPETE AO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. REMESSA DO FEITO À JUSTIÇA ESTADUAL SOMENTE QUANDO O APENADO ESTIVER PRESO EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESTADUAL. INAPLICABILIDADE AO CASO DA SÚMULA 192 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL SUSCITANTE PARA A EXECUÇÃO DA PENA. EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA AO JUÍZO FEDERAL DA COMARCA DE DOMICÍLIO DO CONDENADO APENAS PARA O ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DA PENA.**

**1. 'Tendo o réu sido condenado pela Justiça Federal a pena a ser inicialmente cumprida no regime aberto, deve a execução ser processada por esta, nos termos do art. 65, da Lei de Execuções Penais.' *Precedente: AgRg no CC 153.707/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira Seção, DJe 10/11/2017).***

**2. 'A competência para a execução penal cabe ao Juízo da condenação, sendo deprecada ao Juízo do domicílio do apenado somente a supervisão e acompanhamento o cumprimento da pena determinada, inexistindo deslocamento de competência.' *Precedente: CC 113.112/SC, Terceira Seção, Rel. Ministro Gilson Dipp, DJe 17/11/2011.***

**3. 'Havendo Vara Federal na comarca de domicílio do condenado, o Juízo deprecado deverá ser o Juízo Federal. Caso contrário, o Juízo Estadual.' *Precedente: CC 120.747/PR, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira - Desembargadora Convocada do TJ/PE, Terceira Seção, DJe 17/4/2013.***

**4. Considerando que ambas as penas - uma imposta pela Justiça Estadual e outra imposta pela Justiça Federal - estão sendo cumpridas em regime aberto, não há motivos, por ora, para a unificação das execuções, porquanto a eventual regressão funda-se em mera conjectura. Frise-se que o cumprimento de pena imposta pela Justiça Estadual em regime aberto constitui circunstância não contemplada pela Súmula n. 192/STJ, conforme ponderou o próprio Juízo suscitante, o qual, por via transversa, pretende ampliar a incidência do verbete sumular para abarcar situação na qual o sentenciado não se encontra recolhido em**

*estabelecimento prisional estadual.*

*5. Conflito de competência conhecido para reconhecer que compete a execução da pena referente ao delito de descaminho fixada pela Justiça Federal compete ao Juízo Federal da 2ª Vara de Ribeirão Preto - SJ/SP, o suscitante, o qual deverá deprecar ao Juízo Federal da comarca de domicílio do condenado tão somente o acompanhamento do cumprimento da pena." (CC 163.091/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2019, DJe 25/03/2019; sem grifos no original.)*

**"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL. REGIME INICIAL ABERTO. FISCALIZAÇÃO DA PENA EM REGIME ABERTO QUE COMPETE AO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. INAPLICABILIDADE AO CASO DA SÚMULA 192/STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.**

*Tendo o réu sido condenado pela Justiça Federal a pena a ser inicialmente cumprida no regime aberto, deve a execução ser processada por esta, nos termos do art. 65, da Lei de Execuções Penais.*

*Agravo regimental provido." (AgRg no CC 153.707/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/11/2017, DJe 10/11/2017.)*

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito e DECLARO competente o JUÍZO FEDERAL DA 1.<sup>a</sup> VARA CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP, o Suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora